

# Espanha

## Da Ditadura à Monarquia. História de uma traição



FELIPE ALEGRÍA e TEO NAVARRO

PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DOS TRABALHADORES (PRT-IT) - ESPANHA

TRADUÇÃO  
LENA SOUZA

Em 2008, em plena crise econômica, os defensores do regime monárquico celebraram *sin pena ni gloria* o trigésimo aniversário da Constituição que selou o pacto da Transição. Quando falamos da Transição estamos nos referindo a essa etapa da história recente na qual o sangrento regime totalitário franquista, surgido da guerra civil com a missão de destruir qualquer vestígio do movimento operário organizado e toda expressão nacionalista, “transformou-se” no regime atual.

O início da Transição costuma ser estabelecido em novembro de 1975, data da morte de Franco, ainda que, em um sentido amplo, a Transição comece depois dos protestos contra o Conselho de Guerra de Burgos de dezembro de 1970, que abriram uma crise no regime franquista. Podemos também dizer que a Transição termina no triunfo eleitoral do PSOE em outubro de 1982, convertendo-o em gestor direto do novo regime, em alternância com os herdeiros políticos do franquismo.

Com poucas e honrosas exceções, a Transição espanhola é apresentada como uma exitosa empreitada que permitiu à sociedade espanhola converter-se em uma moderna democracia europeia, resultante do compromisso democrático do rei, da habilidade de Adolfo Suárez à frente dos políticos franquistas defensores de uma abertura e da atitude responsável dos dirigentes da esquerda, especialmente Santiago Carrillo e Felipe González.

Contudo, 30 anos depois, uma nova e ainda incipiente geração de jovens que não viveu a Transição e não se sente comprometida por aqueles pactos, começou a levantar a reivindicação republicana para expressar seu repúdio a um regime ao qual chamam de “democracia que não é” e no qual não cabem suas aspirações políticas e sociais.

Frente à versão oficial, feita à medida dos interesses da classe dominante e da esquerda institucional, convertida em parte substancial do novo regime,

é necessário resgatar a verdade histórica e desmascarar o enorme engano que a Transição significou para as aspirações do movimento operário e popular, da juventude e das nacionalidades. Este resgate é necessário para recuperar o fio histórico da luta revolucionária e dar uma base de apoio sólida à batalha para acabar com o regime monárquico e abrir o caminho para a transformação socialista.

Assim como acontece com a revolução espanhola dos anos 30, a versão oficial da Transição pretende silenciar o papel transcendental da classe operária, cuja mobilização adquiriu uma massividade e uma combatividade extraordinárias, à cabeça de todos os oprimidos e em aliança com um poderoso movimento das nacionalidades, especialmente no País Basco. Na realidade, a partir da revolução portuguesa de 1974 e, em particular, desde a morte de Franco em novembro de 1975, o país viveu uma situação pré-revolucionária cujo desenvolvimento ameaçava varrer uma ordem política e social que cambaleava depois da morte do ditador, o que podia abrir caminho a uma torrente revolucionária ainda mais poderosa que a iniciada em Portugal depois da derrota da ditadura salazarista. As direções políticas e sindicais do movimento operário dedicaram todas as suas energias políticas para desarticular este movimento: o PSOE e a UGT por um lado e, por outro, o PCE e as Comissões Operárias (CCOO), com especial responsabilidade aos últimos que naquele momento eram claramente predominantes entre os trabalhadores.

Depois do desencadeamento da revolução portuguesa, os imperialismos americano e europeu, a grande burguesia espanhola e a maioria das forças franquistas já não tinham dúvida de que deviam reformar o regime se quisessem manter a continuidade do domínio do capital: “Algo deve mudar para que tudo continue igual”. Os historiadores oficiais falam da habilidade política do rei, de Adolfo Suárez e dos altos chefes franquistas “aberturistas”, dedicados de corpo e alma a salvar seus privilégios e os de sua classe em uma situação extremamente crítica. Não seremos nós a negar a habilidade desses personagens sem escrúpulos, mas não há dúvida de que as coisas teriam tido resultado muito diferente se a direção do movimento operário tivesse estado em outras mãos que não as dos Carrillo e González, que utilizaram a enorme confiança que os trabalhadores e a juventude depositaram neles para traí-los sem nenhum respeito.

O rei eleito por Franco e os hierarcas franquistas não mudaram os “Princípios Fundamentais do Movimento” até que não tiveram garantias dos chefes do PCE e do PSOE. O PCE foi legalizado quando Santiago Carrillo comprometeu-se diante de Adolfo Suárez a aceitar a monarquia restaurada por Franco, a bandeira *rojigualda* (vermelha e amarela) com a qual os fascistas ganharam a guerra, e a unidade indissolúvel da Espanha. Carrillo e González comprometeram-se a não questionar a manutenção das principais instituições de Estado e a não pedir satisfação pelos crimes do passado, muitos bem recentes, nem pela espoliação e o roubo que haviam cometido maciçamente. As direções nacionalistas burguesas basca e catalã também entraram no jogo, ao renunciar ao direito à autodeterminação em troca de administrar sua “autonomia”. A própria Constituição começou a ser elaborada depois da garantia de contenção das lutas dada pelas CCOO e pela UGT nos Pactos de Moncloa.



Puerta del Sol,  
Madrid, anos 30



Família nas ruas da  
capital



Guardas  
sob cartazes  
antifascistas

Em troca da aceitação da negação ao direito de autodeterminação e da não colocação em questão da sobrevivência do exército de 18 de julho, dos juízes franquistas, da guarda civil e da polícia torturadoras, de manter a preeminência dos sete grandes bancos de então e os privilégios da hierarquia católica, o aparato franquista concedia à chamada oposição democrática um lugar ao sol no novo Parlamento, nos novos estados Autônomos e nos municípios *democráticos*.

### **Um contexto marcado pelo ascenso revolucionário internacional e o fim do boom econômico do pós-guerra**

A crise do regime franquista ocorre em um marco internacional marcado pela onda revolucionária do final dos anos 60, cujos fatos principais foram o Maio de 68 francês, que mostrou que a revolução socialista no Ocidente não era uma quimera impossível; o levante, no mesmo ano, contra a burocracia stalinista na Checoslováquia (a “Primavera de Praga”, que acabou numa sangrenta derrota) e a grande onda de greves na Itália, em 1969. Este ascenso internacional obteve em 1975 uma enorme vitória, com a derrota política e militar do imperialismo norte-americano, obrigado a abandonar o Vietnã de maneira humilhante.

Estas convulsões acompanhavam o fim do período histórico excepcional de crescimento econômico posterior à II Guerra Mundial, ao que os franceses chamam “os 30 gloriosos”. Um período marcado por um prolongado *boom* econômico, que havia permitido importantes conquistas sociais, em particular na Europa. Contudo, em 1973 começou uma longa crise capitalista, apresentada sob o rótulo da “crise do petróleo”. Dois anos antes, Richard Nixon suspendia unilateralmente a conversão do dólar em ouro, pondo fim aos acordos de Bretton Woods, assinados ao final da II Guerra Mundial. O abandono unilateral de Bretton Woods foi a expressão palpável de que entrávamos em um novo período, que vem até hoje, muito mais agitado e complexo.

Ao calor da crise, o capitalismo colocou-se o objetivo de começar a desmontar todas as conquistas da classe trabalhadora, expressas no chamado “Estado de Bem Estar Social”, assim como iniciar uma política de recolonização dos países semicoloniais. Começam a despontar, então, elementos que mais tarde ficaram conhecidos como “neoliberalismo”, que se transformará em uma verdadeira ofensiva mundial a partir dos anos 80, depois das vitórias de Thatcher e Reagan. Esta ofensiva, com seus altos e baixos, mantém-se até hoje através das medidas de precarização, privatizações, liberalização financeira e ataques aos direitos sociais e aos serviços públicos.

No quadro marcado pela onda revolucionária de 1968 e pelo fim do *boom* do pós-guerra teve lugar em abril de 1974, em plena crise franquista, a Revolução dos Cravos em Portugal. Esta revolução teve um enorme impacto no Estado espanhol. As razões são claras: empalmou com uma situação de fortíssimo ascenso do movimento, demonstrou que as ditaduras podiam ser derrotadas e, por último, foi mais longe que o Maio de 68 na destruição do Estado burguês e na criação de organismos de duplo poder operário e popular. A revolução portuguesa injetou uma força extraordinária na luta contra a ditadura, contribuiu para o surgimento de um movimento de jo-



## Ano 2009

vens oficiais chamado UMD (União Militar Democrática) e acendeu todas as luzes vermelhas de alarme do imperialismo e da burguesia espanhola. Foi naquele momento que, dada sua extrema debilidade, a burguesia espanhola viu-se obrigada a se livrar do peso do Saara (Marcha Verde) e negociou um acordo com o Marrocos, pelo qual lhe entregava a colônia, desalojando o povo saaraui. Finalmente, deve-se acrescentar que em julho de 74, pouco depois da revolução portuguesa, **caía a ditadura dos coronéis na Grécia**, logo seguida pela monarquia.

### A situação econômica depois da morte de Franco

Como antes mencionado, o período final da ditadura coincidiu com a chegada, a partir de 1973, da recessão econômica internacional. E com o estancamento econômico, começou a reaparecer o desemprego maciço, acompanhado de uma enorme inflação.

Diante da falta de expectativas de lucro e da grande incerteza política e social que se vivia no Estado espanhol, produziu-se uma fuga maciça de capitais e uma forte queda do investimento capitalista. O desemprego espanhol, que era de 2,6% em 1973, começou a subir de maneira alarmante: dobrou em 1976 (4,9%), chegou a 12% em 1980 e alcançou 22% em 1985.

Contudo, enquanto no resto da Europa os salários eram submetidos a duros planos de ajuste, no Estado espanhol os salários continuaram aumentando acima da inflação até 1977, com os Pactos de Moncloa. Era uma inflação descontrolada, que passou de 12% em 1973 para 18% em 1976 e 25% em 1977. A burguesia, na defensiva, necessitava esperar outro momento para primeiro frear e depois lançar uma ofensiva sobre os trabalhadores.

### O movimento operário à frente da luta antifranquista

O desenvolvimento econômico espanhol, à sombra do longo período de crescimento econômico internacional do pós-guerra mundial, produziu uma mudança qualitativa na composição da sociedade espanhola: enquanto que ao final da guerra civil a maioria da população ativa era camponesa (63%), em 1975 a população assalariada já era de 70% da população ativa, 9,5 milhões sobre um total de 13,4 milhões. Em boa medida vinha do enorme fluxo migratório do campo em direção às grandes cidades industriais. Foi esta classe operária rejuvenescida e socialmente majoritária que protagonizou a Transição.

Depois da eliminação física dos militantes e proibição das organizações operárias pela ditadura franquista, os primeiros movimentos grevistas importantes foram a greve geral de Barcelona de 1951 (a greve dos condutores de trens) e as greves dos mineiros asturianos de meados dos anos 50, onde apareceram as primeiras Comissões Operárias. Nos anos 60, o movimento grevista intensificou-se notavelmente, alcançando uma dimensão sem precedentes em regimes tão repressivos como o franquista. No início dos anos 70 havia alcançado um extraordinário desenvolvimento e, finalmente, com a morte do ditador, adquiriu enormes proporções.<sup>1</sup>

À cabeça das greves estava o movimento clandestino das Comissões Operárias, base da reconstrução do movimento operário organizado depois da vitória franquista. As CCOO nasceram e se desenvolveram como os grandes órgãos de luta unitários que aglutinavam a esmagadora maioria dos ativistas



Guerra civil:  
barricadas em  
Madrid



Guerra civil: Ruas  
Benito e Gutierrez,  
Madrid

1 O movimento passou de 171 mil dias de greve entre 1964 e 1966 a 1.548.000 entre 1973 e 1975. Entre os anos de 1976 e 1978, alcançou a espetacular cifra de 13.240.000 dias de greve, quase 10 vezes mais que nos dois anos anteriores.

operários surgidos no calor da luta contra o franquismo. O movimento das CCOO teve diferentes expressões. Em alguns casos eram comissões eleitas pelas assembléias de trabalhadores que, apoiadas no agrupamento clandestino dos lutadores, negociavam por cima da representação legal do sindicato vertical. Em outros casos, a Comissão Operária da fábrica vencida a eleição para a representação legal dos “enlaces e jurados” (representantes legais que buscavam apaziguar as lutas dos trabalhadores - NT), que se subordinava àquela. Nas eleições sindicais de 1975, as CCOO conseguiram a maioria da representação legal dos trabalhadores no conjunto das grandes empresas, embora houvesse lugares, em particular Navarra, Guipúzcoa e setores fabris de Vizcaya, em que os trabalhadores boicotaram as eleições, desafiando frontalmente as estruturas do sindicalismo vertical e desautorizando a política do PCE, que vinculava seu projeto de sindicato único dos trabalhadores à “ocupação/transformação” das estruturas do sindicato vertical e se opunha aos comitês eleitos pelas assembléias e, mais ainda, à sua extensão e coordenação.

A pesar da repressão<sup>2</sup>, o regime franquista era incapaz de deter o movimento grevista e organizativo dos trabalhadores, que constituíam a coluna vertebral da oposição à ditadura, arrastando os estudantes, intelectuais, setores da pequena burguesia e das camadas médias e em estreita aliança com os movimentos das nacionalidades oprimidas.

As reivindicações de caráter econômico e trabalhista - aumentos lineares de salário, redução da jornada de trabalho e da idade de aposentadoria ou melhoria das condições de trabalho - fundiam-se de maneira natural com as reivindicações diretamente políticas, já que as lutas se chocavam de imediato com a repressão e a falta de liberdades democráticas. Os trabalhadores reclamavam o restabelecimento dos direitos democráticos arrancados pela ditadura, a dissolução do sindicato vertical, o reconhecimento das assembléias e das comissões eleitas por elas para a negociação dos contratos coletivos, o direito de greve, a readmissão dos demitidos e a liberdade dos detidos. Exigiam a anistia para os presos políticos, a dissolução das forças da ordem pública e liberdades democráticas plenas. No fragor da mobilização tomavam corpo bandeiras que apontavam direto ao coração do regime, como **abaixo a ditadura, fora a monarquia** ou o **direito à autodeterminação**. A partir de 1974/1975 aconteciam greves gerais com grandes enfrentamentos com a polícia. Milhares de novos ativistas surgiam no calor da situação pré-revolucionária que se abriu a partir da morte de Franco.

A burguesia sentia-se impotente para frear o movimento. Por um lado, a repressão atuava como um esporão para a luta dos trabalhadores, que passavam rapidamente das reivindicações econômicas às políticas no curso de suas mobilizações. Por outro, o movimento operário ainda não estava devidamente dominado por uma burocracia dirigente que pudesse contê-lo.

### A morte de Franco e a restauração da monarquia

Franco morreu em 20 de novembro de 1975. Com o propósito declarado de deixar tudo “atado e bem atado”, nomeou o Príncipe Juan Carlos como seu sucessor em 1969, restaurando a monarquia dos Bourbon como continuidade natural da ditadura franquista, na melhor tradição reacionária

2 Muitos operários morreram por disparos da polícia, aconteceram numerosas detenções, prisões e demissões pela participação em greves, reuniões ilegais ou manifestações. A repressão atingiu a direção das CCOO em 1972, cujos integrantes, com Marcelino Camacho à frente, foram julgados e condenados no chamado Processo 1001, em meio a um amplo movimento internacional de solidariedade exigindo sua liberdade e o fim da ditadura.

3 A Europa capitalista, com a Alemanha e a França à cabeça, era um espaço econômico vital para os negócios de grande parte do capital espanhol. Este mantinha estreitos laços com esses imperialismos e aspirava entrar na Comunidade Econômica Europeia que, junto ao norte-americano, havia realizado importantes investimentos produtivos na Espanha a partir de meados dos anos 50 (automóveis, indústria química).



espanhola. Juan Carlos, que já fora chefe de Estado quando Franco esteve doente, foi proclamado rei dois dias depois de sua morte, jurando perante as Cortes franquistas os *Princípios do Movimento Nacional*, base ideológica do regime que justificava a sublevação fascista e o regime de terror posterior.

No contexto de crise econômica e de ascenso do movimento operário que descrevemos, a burguesia estava dividida sobre o caminho a seguir. Um setor muito importante da mesma era consciente de que a continuação da ditadura, agora com traje monárquico, não só isolava o Estado Espanhol da “Europa democrática”<sup>3</sup>, mas também podia provocar um surto revolucionário semelhante ou maior ao da revolução portuguesa de abril de 74<sup>4</sup>. Assim, apostava na promoção de reformas por cima que impedissem que a crescente mobilização das massas pudesse conduzir a um processo revolucionário que pusesse de cabeça para baixo a ordem social burguesa<sup>5</sup>.

Tratava-se, portanto de empreender uma difícil reforma democrática do velho regime, que garantisse a continuidade dos principais aparatos de Estado e da dominação do capital. Uma reforma que, para não ser vista como uma mostra da debilidade do regime e um reconhecimento da força operária e popular, devia ser lenta, parcial e ao redor da monarquia dos Bourbon, convertida em pilar central da continuidade e legitimidade do regime anterior.

### Reforma ou ruptura revolucionária?

O êxito da operação exigia alargar o processo, de maneira que aparecesse como uma operação impulsionada pelo próprio rei, combinando a repressão mais dura com reformas democráticas limitadas que conduzissem a uma “moderna monarquia parlamentar”, onde tivessem continuidade os principais aparatos estatais franquistas.

Não obstante, o fator decisivo era neutralizar o perigo revolucionário que vinha da classe trabalhadora, à frente do movimento de oposição ao regime. Para isso, deviam comprometer na operação de reforma do franquismo as direções do movimento operário. Suárez procurou, inicialmente, o acordo com o PSOE<sup>6</sup>, que então iniciava sua reconstrução, abrindo-lhe a porta da legalidade, enquanto deixava de fora o PCE<sup>7</sup>. A direção do PSOE não mostrou aversão à proposta e assim a aprovou em seu XXVII Congresso de 1976. No entanto, quem tinha naquele momento a hegemonia e o controle sobre a maioria dos trabalhadores era o PCE (que controlava as CCOO) e em 1977 Suárez finalmente o legalizou, não sem que antes este manifestasse – como mencionamos anteriormente – sua reverência à Monarquia, à bandeira e à unidade espanhola.

Nem a direção do PSOE nem a do PCE, envolvidos em uma forte rivalidade entre si, aspiravam outra coisa que não fosse instaurar um regime mais ou menos parlamentar, buscando para isso a reconciliação com os franquistas. Apostaram numa política de colaboração de classes, atualizando os famosos 10 pontos de Negrín e a “reconciliação nacional” do PCE. Este criou em 1974 a Junta Democrática, com personagens burgueses pouco representativos, alguns deles, como Calvo Serer, da Opus Dei e partidário de D. Juan. Associou as CCOO à Junta e teve nela, como artistas convidados, os maoístas do PT. Por seu lado, o PSOE organizou a concorrência a Carrillo em 1975: a

4 A revolução portuguesa, iniciada em 25 de abril de 1974 com a rebelião de setores do exército nos quartéis e dos trabalhadores nas ruas, derrubou a ditadura salazarista e levou a uma situação revolucionária que pôs na ordem do dia o problema do poder, com a classe trabalhadora começando a construir organismos de duplo poder nos centros de trabalho e nos bairros. Entretanto, a ação combinada das principais organizações de esquerda portuguesa, especialmente do Partido Comunista (aliado ao MFA) e do Partido Socialista (defensor de uma saída parlamentar clássica) permitiu a reconstrução do Estado e a continuidade da ordem capitalista.

5 Setor minoritário da classe dominante e dos aparatos de estado do franquismo, com um papel relevante de influentes setores da hierarquia militar, opunham-se a qualquer mudança.

6 A UGT e o PSOE jogaram um papel muito secundário durante a luta anti-franquista. Foi na Transição, com o apoio da social-democracia internacional (especialmente da alemã e dos petrodólares venezuelanos de Carlos Andrés Pérez) e com a colaboração de setores reformistas do franquismo, que viam neles a possibilidade de limitar a enorme hegemonia do PCE e das CCOO no movimento operário, que recuperaram sua histórica influência.

chamada Plataforma de Convergência Democrática, que incluía outros personagens da intelectualidade franquista reciclados, como o democrata-cristão Ruiz-Giménez, assim como os maoístas do MC e da ORT. Ambas, Junta e Plataforma, terminaram por unificar-se em março de 1976 na Coordenação Democrática ou *Platajunta*<sup>8</sup>, à qual também aderiram as CCOO e a UGT.

Como havia ocorrido durante a II República e a guerra civil, esta política de colaboração de classes situava as organizações operárias a reboque da burguesia que havia prosperado à sombra do franquismo, mas que começava a apostar majoritariamente numa reforma política controlada que impedisse um surto revolucionário.

Deste modo, enquanto a classe operária colocava o objetivo de romper a ordem franquista cada vez mais dividida (abrindo assim a via ao questionamento do próprio regime capitalista), outra vez suas direções políticas e sindicais se aperfeiçoavam em desviar essa enorme energia revolucionária em direção a um regime parlamentar (com fortes elementos bonapartistas) que assegurasse o domínio social da burguesia e em cujas instituições pudessem se desenvolver.

### O regime cambaleia

O primeiro governo franquista de Juan Carlos I reunia - sob a presidência de Arias Navarro, o último chefe de governo de Franco - as duas facções do regime, os duros e os brandos, um equilíbrio que refletia o debate aberto no seio da classe dominante e no aparato de poder franquista sobre o alcance real que devia ter a reforma política do regime. Seus diversos projetos de reforma, tentando só uma mudança de maquiagem do regime, e sem contar com a “oposição democrática”, foram varridos pelos acontecimentos.

A onda de mobilizações após a morte de Franco não parava de crescer. A mini-anistia de início de dezembro decretada pelo rei implicou a liberação de apenas 100 presos - incluídos os dirigentes das CCOO condenados pelo processo 1001 - dos mais de 2000 presos políticos, o que redobrou as manifestações exigindo a anistia total e os enfrentamentos com a polícia.

No início de 1976, o ascenso das lutas operárias era contínuo. Em janeiro começou em Madrid e foi se estendendo para o resto do Estado, alcançando seu ponto culminante em março no País Basco. Em algumas das empresas mais importantes do país (Ensidesa, Hunosa, Standard Eléctrica, Motor Ibérica) as greves duraram meses.

A luta chegou a um ponto culminante em Vitoria no mês de março. As assembleias de trabalhadores aprovaram nas fábricas uma plataforma de reivindicações e elegeram comissões de representantes submetidas às assembleias e revogáveis, para coordenar a luta e negociar com a patronal. A greve estendeu-se às fábricas mais importantes de Vitoria. Realizavam-se assembleias diárias e se elegeu um comitê central de greve composto por representantes dos distintos centros. O comitê de greve informava o desenvolvimento da luta mediante um boletim diário. Criaram-se fundos de greve e se organizaram assembleia nos bairros operários e nos institutos, que elegeram comitês que se integravam ao comitê central de greve.

Em 3 de março, quase dois meses depois do início da luta, convocou-se

7 O PCE era o partido mais implantado e, de longe, o mais influente no movimento operário, agrupando uma parte majoritária dos ativistas no período final da ditadura. Seu papel dirigente nas CCOO assegurava-lhe o controle sobre os setores mais importantes da classe operária e lhe permitia crescer em militância e influência. Esta implantação nos centros de trabalho combinava-se com sua inserção nos bairros operários através das Associações de Bairros.

8 Na Catalunha, em 1971, havia sido constituída a Assembléia da Catalunha, interclassista, resultado de reuniões preparatórias entre representantes do PSUC, dos diferentes agrupamentos socialistas e das CCOO com a oposição burguesa catalã, monárquica e católica-liberal. Em 7 de novembro, uns 300 delegados reuniram-se secretamente em Barcelona para sua fundação.

uma greve geral em toda Vitoria. A polícia investiu contra uma multidão de cinco mil trabalhadores que realizavam uma assembléia na Igreja de S. Francisco e disparou com balas reais, matando três operários e ferindo mais de 100. Outros dois operários morreram depois, no hospital. A resposta operária foi imediata, com a montagem de barricadas nas ruas de Vitoria. Muitos policiais e soldados enviados pelo governo para sufocar a mobilização negaram-se a reprimir. As tropas ficaram aquarteladas, mas o comando militar não se atreveu a mandá-las às ruas, consciente de que os soldados (todos eles substitutos) se negariam a disparar contra os trabalhadores. Um impressionante cortejo de 100 mil pessoas acompanhou os cadáveres durante o funeral.

Os acontecimentos de Vitoria desataram a indignação operária e social, com greves e manifestações espontâneas por todo o país. A repressão policial destas mobilizações produziu mais três mortos em Tarragona, Elda e Basauri. A greve geral estava na ordem do dia, mas os dirigentes das CCOO chamaram à calma e esta só foi convocada no País Basco, onde o êxito foi total, com 500 mil participantes. A greve de Vitoria acabou em 16 de março, com a aceitação das principais reivindicações operárias pela patronal.

Com os acontecimentos de 3 de março em Vitoria, estiveram dadas as condições para chamar um movimento grevista de âmbito nacional que, seguramente, haveria arrastado o resto dos setores sociais em torno da classe trabalhadora. Tudo isso numa situação na qual a burguesia estava dividida e desorientada<sup>9</sup>, o edifício do regime se partia e as instituições chave como o exército e as forças repressivas mostravam fissuras e divisão<sup>10</sup>.

Todos os fatos mostram que um movimento dessa potência podia ter derrubado o regime cambaleante e abrir com isso, seguindo o rastro de Vitoria, uma via à constituição de organismos de poder operário e popular. Entretanto, os dirigentes dos partidos e sindicatos operários, que tinham a confiança das massas trabalhadoras e a autoridade suficiente para isso, negaram-se a desatar este movimento, com especial responsabilidade do PCE, a organização com maior influência no movimento operário. Infelizmente, não havia nenhuma organização revolucionária com suficiente influência para fazer a situação deslanchar.

A intensidade das greves e manifestações continuou nos meses seguintes. O governo proibiu as manifestações do primeiro de maio, mas, apesar da repressão policial, produziram-se manifestações e ações de rua nas cidades e localidades mais importantes. A onda de greves continuou até as eleições de junho de 77.

A polícia era auxiliada em seu trabalho repressivo pelos bandos fascistas, organizados pelo próprio aparato de Estado. Em 9 de maio ocorreram os acontecimentos de Montejurra (Navarra). Durante a concentração anual dos membros da esquerda do carlismo (relativo ao rei Juan Carlos – NT), à qual também aderiam outros grupos de esquerda, bandos fascistas mataram a tiros dois dos participantes<sup>11</sup>. Este fato desatou uma nova onda de indignação popular.

9 O então ministro do governo José María de Areilza, conde de Motrico, escreveu em seu diário naqueles dias: “Ou acabamos em golpe de Estado, ou a onda revolucionária acaba com tudo” (Memórias da Transição).

10 Como ocorre nas situações revolucionárias ou pré-revolucionárias, a tropa ameaçava rebelar-se e os outros corpos repressivos como a polícia e a guarda civil começavam a se dividir. O surgimento da União Militar Democrática em 1974, entre setores da oficialidade do exército, mostrava a divisão no seio da própria oficialidade.

11 O assassino nunca foram julgados e mais tarde se soube que membros do próprio governo os haviam financiado e que setores militares e policiais estavam implicados. Como nos fatos de Vitoria, Fraga ainda era o Ministro de Governo responsável por manter a ordem.

*Nota: A segunda parte deste trabalho será publicada no próximo número desta revista*